



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Comunicações - Serviços - 0006328-47.2019.6.21.8000

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 0136602.

TERMO DE REFERÊNCIA – COEJE

1 OBJETO

Inscrição de 1 (um) participante no “13º Seminário Nacional Ouvidores e Ouvidoria” e “5º Seminário Internacional Ouvidores, Defensores del Pueblo & Ombudsman – Integridade, Compliance e Governança no Mundo Contemporâneo”, oferecido pelo Instituto Brasileiro Pró-Cidadania.

2 MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 NECESSIDADE DA CAPACITAÇÃO

A Ouvidoria do TRE-RS é o canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, com vistas a prestar informações, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), orientar, receber denúncias, sugestões, elogios, visando o aprimoramento das atividades prestadas pela Justiça Eleitoral.

O Ouvidor do TRE-RS é o Desembargador Eleitoral Roberto Carvalho Fraga, tendo como suplente o Desembargador Eleitoral Gustavo Alberto Gastal Diefenthäler.

O atual momento econômico, social e político brasileiro tem estimulado o exercício da cidadania e a luta pela defesa de direitos individuais e difusos, a partir, especialmente, das mobilizações e manifestações de rua. É nesse cenário que as Ouvidorias se apresentam como um espaço ideal, uma importante instância para a participação da sociedade, quer seja no controle social das administrações, no combate à corrupção, no questionamento da ação política dos seus representantes no parlamento ou na formulação de propostas de políticas públicas e defesa dos seus direitos.

2.2 COMPETÊNCIAS DESENVOLVIDAS

Receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre os atos praticados no âmbito do respectivo tribunal; receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do Tribunal e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas; promover a apuração das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros cometidos por servidores e magistrados, observada a competência da respectiva Corregedoria; sugerir aos demais órgãos do Tribunal a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias críticas e elogios recebidos; apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas; encaminhar ao Presidente do Tribunal relatório das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, com a periodicidade fixada pelo Tribunal.

2.3 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Perspectiva: Sociedade. Objetivo estratégico: Fomentar a aproximação da JE junto a sociedade

Perspectiva Processos Internos. Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a governança institucional

Perspectiva: Pessoas e Recursos. Objetivo estratégico: Desenvolver pessoas por competências.

2.4 PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

A presente capacitação consta do Plano Anual de Capacitação 2019, consoante as orientações contidas na Resolução TRE-RS n. 242/2013 – Política de Educação e Desenvolvimento – PED e na IN P n. 55/2019, eixo "Cidadãos, Sociedade e *stakeholders*: comunicação externa"

3 DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1.1 Trata-se de seminário aberto, no qual as condições de contratação são uniformes a todos os interessados, estabelecidas pela instituição promotora do evento, conforme proposta do documento SEI n. 0136575, às quais se adere no ato de inscrição.

3.1.2 O evento será realizado conforme segue:

- Local de realização do Seminário: Rio Othon Palace – Av. Atlântica, 3264 – Copacabana - RJ.
- Data: 25, 26 e 29 de setembro de 2019.
- Carga horária: ver no certificado.
- Preço: R\$ 1.990,00 por participante.

3.2 OBJETIVOS DO EVENTO

Compartilhar experiências sobre formas de atuação na perspectiva de contribuir para uma aproximação dos seus diversos atores – gestores e sociedade – nas diversas áreas da administração pública e privada.

Enfatizar os aspectos relacionados ao exercício da cidadania que podem ser potencializados com o apoio das Ouvidorias e das Defensorias.

Ouvir, falar e debater com experientes palestrantes, a partir dos seus relatos de experiências nas atividades de Ouvidoria/Ombudsman, considerando o atual momento econômico, social e político vivido no Brasil e em outros países.

3.3 QUALIFICAÇÃO DA PROMOTORA DO EVENTO

Conforme estatuto (doc. SEI n. 0136588), o Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, que também poderá utilizar a sigla PRÓ-CIDADANIA, fundado em 19 de janeiro de 1995, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, com sede e foro na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, atualmente sito à Rua Castro Alves, 343, Bairro da Encruzilhada, CEP 52.030-060.

O Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, organização não governamental com larga experiência na realização de eventos temáticos no Brasil e no exterior, promoveu nas cidades do Recife (2005, 2006 e 2018), Fortaleza (2008), São Paulo (2009), Belo Horizonte (2010), Curitiba (2011), Salvador (2007 e 2013), Rio de Janeiro (2014), Natal (2015) e Brasília (2017), as 12 edições anteriores do Seminário Nacional “Ouvidores & Ouvidorias”, contando com a participação de Ouvidores, Gestores Públicos, Empresários e Profissionais Liberais dos mais diversos locais do país. Também promoveu quatro Seminários Internacionais “Ouvidores & Ombudsman”, no Canadá (2007); em São Paulo (2009), Belo Horizonte (2010) e Recife (2018).

Sua reputação ético-profissional pode ser verificada pelo atestado juntado ao presente expediente (doc. SEI n. 0136583).

4 GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será formalizada mediante a emissão da nota de empenho de despesa, que será enviada pela Seção de Capacitação – SECAP, visando à confirmação da inscrição no evento.

4.2 RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

4.2.1 Realizado o evento, a CONTRATADA emitirá documento fiscal no valor correspondente.

4.2.2 Atestada a execução do objeto, o pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária.

4.2.3 O prazo para o pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do documento fiscal ou de até 10 (dez) dias úteis, caso o valor ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993.

4.2.4 Os pagamentos estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

4.3 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

O acompanhamento da execução da contratação será efetuado pela Seção de Capacitação – SECAP, que, dentre outras atividades, registrará eventuais falhas, manterá comunicação com a CONTRATADA e acompanhará a frequência dos participantes, nos termos da Resolução TRE-RS n. 242/2013.

5 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA CONTRATADA

5.1 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

O tema proposto recai no aperfeiçoamento da Ouvidoria do TRE-RS. A definição do objeto da contratação levou em consideração que o evento ajusta-se perfeitamente às necessidades deste TRE, que acontecerá em período conveniente a este Tribunal, promovido por instituição de inquestionável reputação ético-profissional, sendo a proposta vantajosa para a Administração.

5.2 JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Por tratar-se de evento aberto, o valor proposto a este Tribunal é igual àquele cobrado dos demais interessados, considerando a forma de pagamento mediante empenho. Pelas diligências realizadas, consolidadas no documento SEI n.0136591 percebe-se que o preço da capacitação está dentro dos parâmetros de mercado, conforme segue:

Preço por participante em 2017: R\$ 1.890,00.

Preço por participante em 2018: R\$ 1.990,00.

Note-se que o valor de R\$ 1.990,00, já com desconto aplicado, será mantido desde que a Nota de Empenho seja emitida até 26 de agosto de 2019.

5.3 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para a contratação, foi verificada e juntada, no documento SEI n. 0136598, prova de regularidade da CONTRATADA perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

6. EQUIPE DE GESTÃO

Pela natureza do objeto, são indicados para a Equipe de Gestão do contrato com o 13º Seminário Nacional Ouvidores e Ouvidoria e 5º Seminário Internacional Ouvidores, Defensores del Pueblo & Ombudsman:

Gestor do Contrato: Natália Gomes da Silva, Chefe da Seção de Capacitação; Suplente: Clener Moreira Nunes, Técnico Judiciário.

Porto Alegre, seis de agosto de 2019.

Natália Gomes da Silva,

Tenísia Cruz Klein,

Seção de Capacitação – SECAP.

Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral do Rio
Grande do Sul - COEJE.

Documento assinado eletronicamente por **Natália Gomes da Silva, Chefe de Seção**, em 06/08/2019, às 17:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tenísia Cruz Klein, Coordenadora Substituta**, em 06/08/2019, às 17:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0136602** e o código CRC **C18AA236**.

Rua Duque de Caxias, 350 - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-280
www.tre-rs.jus.br - Fone: